



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 74/XIV/ 2.ª SL**

Aos 20 dias do mês de abril de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão De Assuntos Europeus, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

#### **Parte I**

#### **Audição com Deputados ao Parlamento Europeu sobre a atualidade europeia:**

##### **15h00 – Álvaro Amaro (PSD)**

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, após os cumprimentos habituais, apresentou a grelha de tempos aplicável às audições, passando a palavra ao Senhor Deputado ao Parlamento Europeu Álvaro Amaro, para a intervenção inicial.

O Senhor Deputado ao Parlamento Europeu Álvaro Amaro agradeceu o convite e cumprimentou os presentes, seguindo-se a sua intervenção, começando por referir que era membro efetivo da Comissão de Agricultura, membro suplente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Co-Presidente a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE e Presidente do Intergurpo da Biodiversidade, da Caça e da Ruralidade. Referiu que, em matéria de desenvolvimento regional, Portugal estava perante uma oportunidade única, considerando as verbas previstas para esta área no Quadro Pluri-financeiro anual e no PRR, destacando que a Comissão iria apresentar, em junho, a sua estratégia para as zonas rurais, sendo esta uma oportunidade para as regiões de baixa densidade, diminuindo-se as assimetrias do país, referindo que negociação dos respetivos instrumentos europeus, como o acordo de parceria da PAC, deveriam ser acompanhados.

Outra questão que pretendia suscitar era a agricultura, tendo referido que tinha sido relator do PE para o período transitório da PAC, que se encontrava em vigor, realçando que considerava viável a reforma da PAC ser concluída durante a presidência



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 74/XIV/ 2.ª SL**

portuguesa do Conselho da União Europeia, para entrar em vigor em 2023. Em suma, elencou que a nova PAC iria contar com um orçamento agrícola mais reduzido, mas mais flexível; um novo modelo de organização mais centralizado e orientado para os resultados; um sistema de pagamentos diretos aos produtores mais direcionado para o ambiente; e uma nova arquitetura verde com uma percentagem dedicada às medidas verdes, designados de eco regimes, que serviriam para apoiar a responsabilidade ambiental. Referiu que haveria mais flexibilidade nesta nova PAC, mas também mais responsabilidade, devendo ser apresentados os Planos Estratégicas da PAC por cada Estado-Membro, que seriam posteriormente verificados pela Comissão, trazendo uma melhor sinergia. Mencionou a necessidade de concluir o processo de convergência interna, isto é, pagar-se o mesmo independentemente da região, e a renovação intergeracional, destacando, neste tópico, que em Portugal havia uma percentagem de jovens agricultores muito baixa.

Por fim, referiu que não se devia centrar o debate da nova agricultura no binómio biológico/convencional, realçando que as questões ambientais não eram um obstáculo à produção.

Terminada a intervenção do Senhor Deputado ao Parlamento Europeu, teve lugar a ronda única de questões pelos Senhores Deputados da Comissão de Assuntos Europeus, na qual intervieram os Senhores Deputados Cristina Mendes da Silva (GP do PS), António Lima Costa (GP do PSD) e Beatriz Gomes Dias (GP do BE), tendo o Senhor Deputado ao Parlamento Europeu Álvaro Amaro respondido individualmente a cada um dos intervenientes.

Terminada a audição, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu-a por encerrada, muito agradecendo a disponibilidade do Senhor Deputado ao Parlamento Europeu.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo canal parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em <https://canal.parlamento.pt/?cid=5359&title=audicao-com-alvaro-amaro-psd-deputado-ao-parlamento-europeu>).



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 74/XIV/ 2.ª SL**

#### **Audição com Deputados ao Parlamento Europeu sobre a atualidade europeia:**

#### **16h00 – Isabel Santos (PS)**

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, após os cumprimentos habituais, apresentou a grelha de tempos aplicável às audições, passando a palavra à Senhora Deputada ao Parlamento Europeu Isabel Santos, para a intervenção inicial.

A Senhora Deputada ao Parlamento Europeu Isabel Santos agradeceu o convite e cumprimentou os presentes, seguindo-se a sua intervenção, começando por referir que iria abordar dois temas, o Acordo UE-China, de princípio ainda, mas que será desenvolvido nos próximos tempos e o certificado verde digital, que tem gerado um grande debate. Acrescentou que pertencia à Comissão de Assuntos Externos, à Comissão das Liberdades Cívicas e à Subcomissão dos Direitos Humanos, pelo que estaria à disposição para responder questões sobre estes temas. Quanto ao Acordo de investimento da UE-China, destacou os últimos desenvolvimentos relativos às sanções aplicadas à China por violação de direitos humanos e os impactos que essas sanções iriam ter nos desenvolvimentos deste Acordo. Descreveu, sucintamente, o histórico deste Acordo, que se iniciou em 2014 e culminou num acordo de princípio em 2020, destacando como principais áreas a proteção da propriedade intelectual, no caso das empresas europeias, aumentar a transparência relativamente aos subsídios prestados às empresas públicas chinesas, e eliminação, em alguns setores, a obrigação das empresas europeias terem parcerias chinesas, referindo ainda que a China, no entanto, mantinha certos setores como a energia, os media e a cultura fechados ao investimento estrangeiro. Destacou que o grande compromisso da China seria aderir às convenções da Organização Mundial do Trabalho, em matéria de trabalho forçado, sendo este um tema com grande enfoque no diálogo entre a UE e a China, tendo o PE um papel muito interventivo, concretamente, sobre o que se passava na região de Xinjiang.

Referiu que, com o acordo de princípio alcançado durante a presidência alemã, a China tinha relançado a sua relação com a União, considerando as novas ligações transatlânticas entre a UE e os EUA, com a eleição do Presidente Biden. Destacou que,



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 74/XIV/ 2.ª SL**

com este Acordo, a China iria igualmente assumir alguns compromissos ao nível da responsabilidade social empresarial, diálogo que não compreende dada a posição da China referente a estas matérias. Referiu ainda que estes compromissos a assumir pela China, não tinham um prazo limite para a sua adoção, como é usual noutros Acordos Comerciais.

Por fim, realçou as sanções que a Comissão e o Conselho aplicaram a quatro oficiais nacionais diretamente implicados na violação de direitos humanos na região Xinjiang, tendo a China reagido com o levantamento de sanções contra eurodeputados e académicos europeus, o que obrigou a reavaliar o Acordo de princípio com a China.

Terminada a intervenção da Senhora Deputada ao Parlamento Europeu, teve lugar a ronda única de questões pelos Senhores Deputados da Comissão de Assuntos Europeus, na qual intervieram os Senhores Deputados Fernando Paulo Ferreira (GP do PS), Clara Marques Mendes e Isabel Meirelles (GP do PSD), Beatriz Gomes Dias (GP do BE) e Bruno Dias (GP do PCP) tendo a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu Isabel Santos respondido individualmente a cada um dos intervenientes.

Terminada a audição, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu-a por encerrada, muito agradecendo a disponibilidade da Senhora Deputada ao Parlamento Europeu.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo canal parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em <https://canal.parlamento.pt/?cid=5360&title=audicao-com-isabel-santos-ps-deputada-ao-parlamento-europeu>)

## **Parte II**

### **1. Informações**

## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 74/XIV/ 2.ª SL

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus para informar que no dia 21 de abril iria ter uma audiência com a Senhora Embaixadora da Finlândia e no dia 29 de abril, teria uma audiência conjunta com o Presidente da 2ª Comissão, com o Presidente do Conselho Nacional austríaco e com o Deputado Reinhold Lopatka. Referiu ainda que tinha sido enviado ao Presidente da Assembleia da República bem como a todas as Comissões Parlamentares o balanço trimestral a dimensão parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da UE.

## 2. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias

O Senhor Presidente apresentou os resultados da reunião do Grupo de Trabalho refletidos na tabela infra:

<a href="#">COM(2021)200</a>	2021-04-12	PROJETO DE ORÇAMENTO RETIFICATIVO N.º 2 AO ORÇAMENTO GERAL DE 2021 financiamento da resposta à pandemia de COVID-19, nomeadamente adaptações e atualizações relacionadas com a adoção final do Quadro Financeiro Plurianual	Conhecimento à 4ª Comissão (CAE) e à 5ª Comissão (COF)
<a href="#">COM(2021)201</a>	2021-04-12	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Grécia e a França em relação com catástrofes naturais; e à Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Croácia, Chéquia, Espanha, Estónia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Montenegro, Portugal, Roménia e Sérvia em relação com uma emergência de saúde pública.	Conhecimento à 9ª Comissão (CS)
<a href="#">COM(2021)197</a>	2021-04-14	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas do FEAGA: Sistema de Alerta Rápido n.º 1-3/2021	Conhecimento à 7ª Comissão (CAM)

Submetida a votação, a lista de iniciativas foi ratificada pela Comissão de Assuntos Europeus por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

## 3. Conferência sobre o Futuro da Europa

Neste ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente referiu que tinha sido lançada, no dia 19 de abril, a plataforma multilingue da Conferência sobre o Futuro da Europa,



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 74/XIV/ 2.ª SL**

estando o link de acesso à mesma no site da dimensão parlamentar da presidência portuguesa do Conselho da EU. Destacou a reunião que teve com a SEAE e outros participantes como o CES, no dia 16 de abril, onde foram debatidas as propostas de iniciativas nacionais da Conferência sobre o Futuro da Europa. Referiu ainda que teria lugar uma nova reunião do Conselho Executivo da Conferência sobre o Futuro da Europa, tendo como tópicos pendentes as regras do plenário da Conferência, nomeadamente, o número de deputados dos paramentos nacionais, sobre a qual o Senhor Presidente salientou que a COSAC defendia que deveriam ter o mesmo número que teria o Parlamento Europeu, e como seria concretizado o tratamento das participações dos cidadãos.

4. **Nomeação de Deputado autor de parecer no âmbito da Proposta de Lei n.º 86/XIV/2.ª (GOV) – “[Aprova as Grandes Opções para 2021-2025](#)”.**

**Deputado Autor de Parecer: Cabe ao BE**

O GP do BE indicou como autor do parecer, a Senhora Deputada Fabíola Cardoso.

5. **Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

**a. COM (2020)609 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre um novo Pacto em matéria de Migração e Asilo**

**Deputado Autor de Parecer: Carlos Alberto Gonçalves**

**Iniciativa sinalizada pela CAE: Protocolo n.º 2: – Sem Prazo**

O Senhor Deputado Carlos Alberto Gonçalves (GP do PSD) apresentou o seu parecer, tendo no final agradecido o contributo prestado, na elaboração do mesmo, da assessora do Grupo Parlamentar do PSD, Dra. Conceição Castro.



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 74/XIV/ 2.ª SL**

O Senhor Presidente colocou à votação o Parecer o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção do GP do BE e PCP e registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

**b. COM(2021)96 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2019/816 que cria um sistema centralizado para a determinação dos Estados-Membros que possuem informações sobre condenações de nacionais de países terceiros e de apátridas (ECRIS-TCN) tendo em vista completar o Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais e o Regulamento (UE) 2019/818 relativo à criação de um regime de interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE no domínio da cooperação policial e judiciária, asilo e migração, e que altera os Regulamentos (UE) 2018/1726, (UE) 2018/1862 e (UE) 2019/816, para efeitos da introdução de uma triagem dos nacionais de países terceiros nas fronteiras externas - objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**

**Deputado Autor de Parecer: Francisco Pereira Oliveira**

**Iniciativa sinalizada pela CAE: Protocolo n.º 2: 28/04/2021**

O Senhor Deputado Francisco Pereira Oliveira (GP do PS) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção do GP do BE e PCP e registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

## **6. Outros Assuntos**

Neste Ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente referiu que o Senhor Comissário Europeu Thierry Breton, responsável pelo plano europeu de vacinação estaria em Portugal no dia 23 de abril, e solicitou uma reunião com a Comissão de Assuntos Europeus, das 15:00 às 16:00, tendo toda a comissão demonstrado interesse e disponibilidade para a concretização da mesma. O Senhor Presidente referiu que, dada a matéria da reunião, iria convidar a Comissão de Saúde a estar presente, tendo a Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (GP do PS) referido que a Comissão



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 74/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

eventual para o acompanhamento das medidas de combate à COVID-19 poderia ser igualmente convidada, dado o seu âmbito de atuação. O Senhor Presidente anuiu dando nota que iriam ser enviados convites a ambas as comissões.

Em relação aos agendamentos dos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente referiu que, dado o prazo limite de envio para a Comissão de Orçamento e Finanças do Parecer da Proposta de Lei n.º 86/XIV/2.<sup>a</sup> (GOV) – “Aprova as Grandes Opções para 2021-2025” ser 26 de abril, propôs a realização de uma reunião extraordinária para o dia 26 abril, tendo a Comissão concordado com a proposta.

Por fim, referiu que no dia 8 de maio iria haver uma Reunião informal do Conselho Europeu, tendo já sido questionado o Governo se pretendiam realizar o pré-conselho em plenário ou em Comissão.

#### 7. Apreciação e votação da ata n.º 73 de 13 de abril de 2021.

O Senhor Presidente colocou à votação a ata, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP e do CDS-PP.

---

A reunião foi encerrada às 18:04 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 abril 2021.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAPOULAS SANTOS)**





## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 74/XIV/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bacelar De Vasconcelos (PS)  
Carlos Brás (PS)  
Constança Urbano De Sousa (PS)  
Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Isabel Oneto (PS)  
Isabel Rodrigues (PS)  
Luís Capoulas Santos (PS)  
Pedro Cegonho (PS)  
Rosário Gambôa (PS)  
António Lima Costa (PSD)  
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)  
Duarte Marques (PSD)  
Isabel Meireles (PSD)  
Paulo Moniz (PSD)  
Sérgio Marques (PSD)  
Beatriz Gomes Dias (BE)  
Fabiola Cardoso (BE)  
Bruno Dias (PCP)  
Fernando Paulo Ferreira (PS)  
Francisco Pereira Oliveira (PS)  
Mara Coelho (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Sónia Fertuzinhos (PS)  
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)  
Carla Borges (PSD)  
Clara Marques Mendes (PSD)  
Maria Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Pisco (PS)  
Ana Miguel Dos Santos (PSD)  
António Cunha (PSD)  
João Pinho De Almeida (CDS-PP)